Orçamento

Goiânia projeta R$ 11,7 bilhões para 2027

LOA prevê crescimento de 8,27% e reserva R$ 1,6 bilhão para investimentos, com prioridade para Saúde, Educação e infraestrutura.

Página 8

Combate à violência

Mabel anuncia conclusão da Casa da Mulher Brasileira em um ano

Vitória de Daniel Vilela fortalece o grupo governista e favorece o projeto de reeleição do prefeito. Divisões no PL e desempenho de Marconi Perillo nas urnas também devem influenciar a formação do cenário eleitoral.

Página 9

Herivelto Nunes

Dilema do Goiás: vender Lucas Rodrigues agora ou esperar 2027

Se vender agora, o clube resolve seu problema; mas se consegue acesso à Série A, o atleta será muito mais valorizado. O problema é que a crise financeira do Goiás não pode esperar.

Página 12

TRIBUNA DO PLANALTO

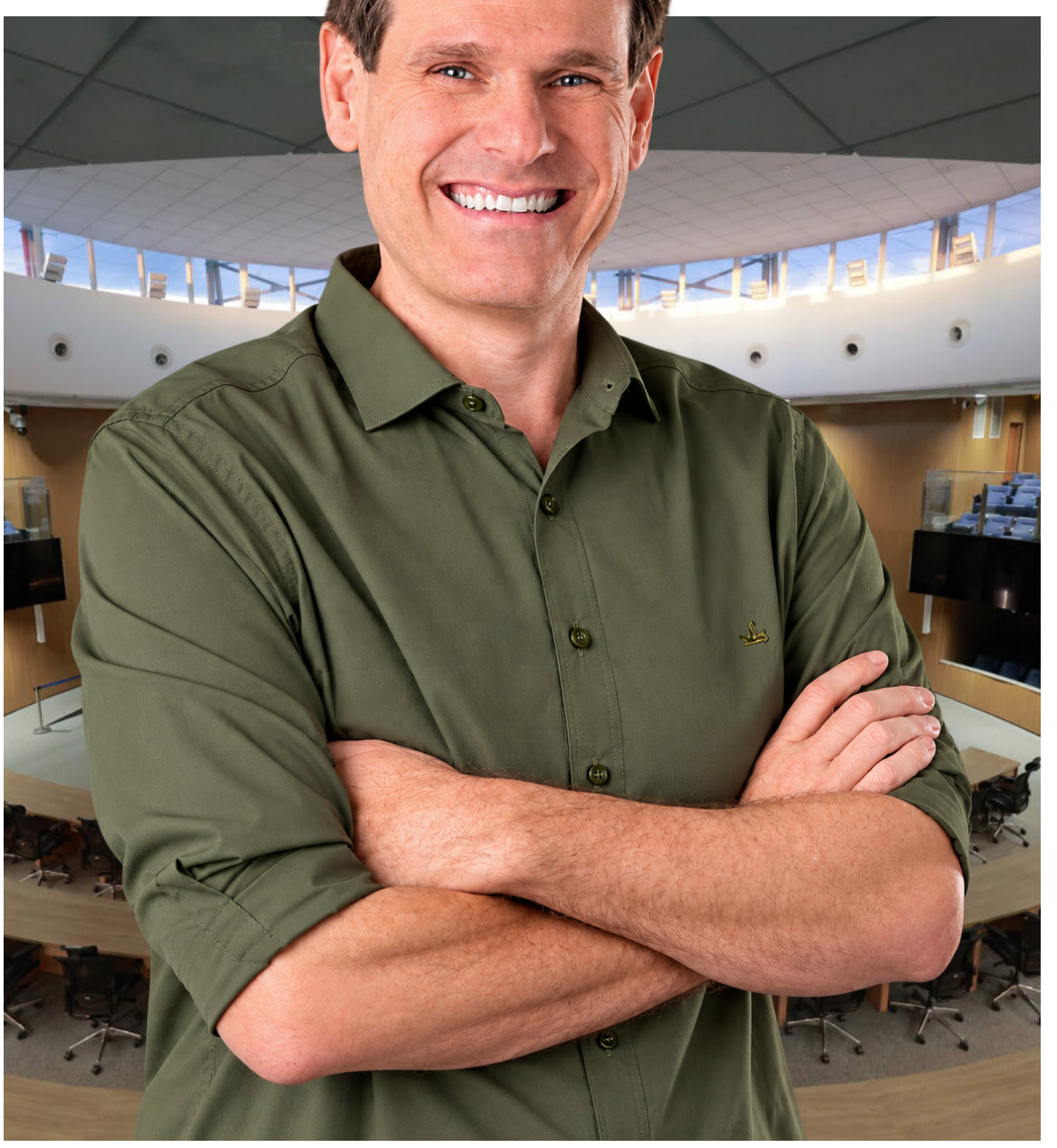
40 ANOS Informação que conecta gerações

Ano 40 • Nº 1.871 • R$ 2
Goiânia, de 15 a 21 de novembro de 2026

Entrevista

Lissauer Vieira
Deputado eleito (PL)

Lissauer de volta ao jogo



Ex-presidente da Alego mira novamente o comando do Legislativo, defende diálogo entre as bancadas e avalia os desafios do PL na relação com o governo Daniel Vilela.

Páginas 4 e 5



IA entra na sala de aula sob novas regras

Diretrizes nacionais estabelecem limites para o uso da tecnologia nas escolas e reforçam o papel do professor; formação docente e infraestrutura são desafios para tirar as normas do papel.

Página 11

Tribuna Política

Reforma antes dos nomes

Daniel Vilela deixou a definição do secretariado para depois da reforma administrativa, que pretende encaminhar neste mês.

Página 3

Alego

Emendas na mira

Deputados terão R$ 574 milhões para indicar no orçamento de 2027; fiscalização deve acompanhar do empenho ao dinheiro efetivamente entregue à população.

Página 7

Saúde

Goiás amplia rede pública com novos hospitais, mais leitos e atendimento no interior



Com R$ 32,65 bilhões investidos desde 2019, Estado expandiu a estrutura hospitalar, implantou seis policlínicas e ampliou a oferta de consultas, exames, cirurgias e tratamentos especializados.

Página 9

Editorial

Do orçamento à entrega

Os orçamentos de 2027, capital e estado de Goiás, colocam cifras importantes na mesa, mas o principal desafio será transformar previsões em serviços e obras concluídos. Goiânia projeta R$ 11,7 bilhões em despesas e R$ 1,6 bilhão em investimentos. No orçamento estadual, as emendas impositivas somam R$ 573,9 milhões. São instrumentos diferentes, de governos diferentes, mas ambos exigem transparência sobre o caminho do dinheiro.

Na capital, Saúde e Educação concentram cerca de R$ 2,4 bilhões cada. O Caderno de Emendas, porém, apresenta projetos detalhados para ampliar unidades de saúde, mas não discrimina iniciativas semelhantes para a rede municipal de ensino. A diferença precisa ser esclarecida: a prioridade orçamentária também deve aparecer em planos que permitam identificar onde os recursos podem ser aplicados e o que a população pode cobrar.

No Estado, os cerca de R$ 14 milhões previstos para cada deputado não significam que esse valor já chegou a um município ou foi convertido em benefício. Entre a indicação e a entrega existem etapas como autorização, empenho, liquidação e pagamento. A fiscalização não pode parar na publicação dos valores: é preciso verificar se a obra foi executada, se o serviço foi prestado e se o resultado corresponde ao que foi anunciado.

A população também precisa conseguir acompanhar essas etapas sem depender de uma busca técnica ou de informações dispersas. Cabe ao poder público manter dados acessíveis e atualizados, e aos parlamentares explicar as escolhas e cobrar a execução das indicações que fizeram.

Orçamento é decisão política sobre prioridades. Sua aprovação, porém, não encerra a responsabilidade de quem propõe, administra ou fiscaliza. O resultado só poderá ser medido quando os recursos previstos se converterem em atendimento, infraestrutura e serviços que possam ser vistos e avaliados pela população.

Artigo

IA na educação: o desafio não está em criar regras, mas em fazê-las funcionar

A inteligência artificial chegou à escola antes mesmo de a escola estar preparada para recebê-la. Estudantes já utilizam ferramentas de IA para pesquisar, escrever e resolver exercícios. Professores também recorrem a elas para planejar aulas e produzir materiais. A tecnologia avançou rapidamente. Agora, o desafio é garantir que a educação consiga acompanhar esse ritmo.

O Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação, do Ministério da Educação (MEC), representa um passo necessário. Ao tratar de temas como proteção de dados, equidade, transparência, pensamento crítico e supervisão humana, o documento estabelece parâmetros importantes para um cenário que ainda está sendo construído.

Mas há uma questão que não podemos ignorar: criar regras é muito mais fácil do que fazê-las funcionar. Uma diretriz nacional não prepara, sozinha, um professor para avaliar uma resposta produzida por inteligência artificial. Também não ensina automaticamente um estudante a identificar uma informação falsa, reconhecer um viés ou compreender os limites de uma ferramenta.

É aí que está o verdadeiro desafio. A discussão sobre IA na educação não deveria ser reduzida à pergunta sobre quanto os estudantes podem ou não utilizar essas ferramentas. A pergunta mais importante é: que tipo de estudante queremos formar em um mundo no qual uma máquina já consegue produzir respostas em segundos?

Se a escola ensinar apenas a utilizar a tecnologia, correremos o risco de formar usuários cada vez mais dependentes dela. Se ensinar a questioná-la, verificá-la e utilizá-la com responsabilidade, poderá formar jovens mais autônomos e preparados para o futuro.

Essa preocupação é especialmente relevante quando olhamos para os territórios onde as desigualdades educacionais e sociais são maiores. Inclusão digital não significa apenas entregar um computador ou garantir acesso à internet. Significa também oferecer conhecimento para que crianças e jovens possam utilizar a tecnologia de maneira crítica e produtiva.

É nesse ponto que organizações sociais como o IPHAC têm um papel importante. Nossa experiência com juventude, educação, qualificação profissional e cidadania mostra que o acesso à tecnologia só se transforma em oportunidade quando existe acompanhamento e formação.

Em iniciativas que aproximam jovens de drones, impressão 3D e outras ferramentas tecnológicas, por exemplo, o mais importante não é o equipamento. É o que ele desperta: curiosidade, criatividade, capacidade de resolver problemas e autonomia. Com a inteligência artificial, precisamos seguir o mesmo princípio. Não basta ensinar um jovem a pedir uma resposta ao ChatGPT ou a qualquer outra ferramenta. É preciso ensiná-lo a perguntar, desconfiar, conferir, criar e decidir.

Por isso, vejo com bons olhos o esforço do MEC para estabelecer referências. Mas também vejo uma responsabilidade enorme pela frente. Será preciso investir na formação de educadores, na infraestrutura das escolas, na proteção de dados e, principalmente, na capacidade de acompanhar como essas tecnologias estão sendo utilizadas.

No fim, talvez esse seja o maior paradoxo da IA na educação: temos uma tecnologia capaz de produzir respostas cada vez mais rapidamente, mas continuamos diante da mesma tarefa essencial de formar pessoas capazes de fazer boas perguntas. E essa tarefa, por enquanto, continua sendo nossa.



Valdinei Valério,
diretor-geral do Instituto Promover (IPHAC)

Artigo

A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal

O tema da redação do Enem 2026 é "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal". Milhões de jovens foram convidados a refletir sobre a noção de que a vida de cada pessoa, independentemente de seu saldo bancário, tem o mesmo valor.

O tamanho do investimento é uma coisa; a sua qualidade e eficiência, outra. A confusão desses conceitos produz ilusões: a primeira trata do corte de investimentos como algo de valor absoluto; a segunda supõe que todo real aplicado é automaticamente um real bem aplicado.

A Constituição define a saúde como direito de todos e dever do Estado. Articular esses dispositivos leva a um resultado cristalino: a Constituição não autoriza um SUS apenas assistencial. Ela exige um SUS preventivo, formador de gente, produtor de conhecimento e indutor de desenvolvimento.

O Brasil destinou, em 2024, cerca de 4,42% do PIB à saúde pública. Ainda assim, o gasto per capita brasileiro em saúde equivale a apenas 34% da média da OCDE. Ao mesmo tempo, um estudo da Fifarma com a Wifor estimou que o Brasil perdeu US$ 135,9 bilhões em 2022 com a redução da oferta de mão de obra associada a doenças.

Cada real não investido em saúde preventiva retorna como perda de produção, de renda e de arrecadação. O subinvestimento em saúde é um problema fiscal. Prevenção é eficiência orçamentária. Combater a ineficiência é defender e valorizar o SUS.

O investimento eficiente em saúde não é gasto. É política de desenvolvimento nacional. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde é a base produtiva e tecnológica que viabiliza medicamentos, vacinas, insumos, equipamentos médicos e soluções digitais. Entretanto, o setor apresenta déficit externo superior a US$ 8,5 bilhões em 2024.

A valorização do SUS como direito universal não se faz com discursos fáceis. Não se faz com uma austeridade que transforme o ajuste fiscal em flagelo dos mais vulneráveis. E também não se faz com o aplauso ingênuo e acrítico, confundindo intenção com resultado e protegendo a ineficiência em nome da boa intenção.

O caminho é outro: investimento suficiente, alocação técnica, prevenção como prioridade constitucional expressa, controle social efetivo, transparência nas renúncias fiscais e compras públicas que fortaleçam a indústria nacional de saúde.

Um SUS eficiente não é um SUS menor. É um SUS que entrega mais com o mesmo real.



André Naves,
Defensor Público Regional de Direitos Humanos em SP. Especialista em Inclusão Social, Direitos Humanos e Economia Política. Membro dos Grupos de Trabalho da DPU: Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Pessoas em Situação de Rua. Comendador Cultural, escritor e professor.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais
Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516

Fundado em 7 de julho de 1986. Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Reforma antes dos nomes

Daniel Vilela deixou a definição do secretariado para depois da reforma administrativa, que pretende encaminhar neste mês. A sequência mantém aberta a negociação com os aliados sobre a participação no próximo governo. Antes de acomodar os indicados, o governador quer definir o tamanho e as atribuições das pastas. Para quem espera uma nomeação, a eleição terminou, mas a composição do governo continua.

Dinheiro para as bases

A apresentação de emendas ao Orçamento de 2027 deve movimentar a Alego na próxima semana. Os deputados têm até 27 de novembro para protocolar propostas, com previsão de aproximadamente R$ 14 milhões por parlamentar. É uma negociação que interessa diretamente aos prefeitos: as indicações ajudam a financiar obras e serviços nos municípios e sustentam a relação dos deputados com suas bases.

Relator sob cobrança

Wagner Neto já recebeu questionamentos de colegas sobre o valor das emendas e pretende procurar a Secretaria da Economia para discutir o cálculo. Os deputados querem entender por que a parcela individual não cresceu mais diante da expansão do orçamento estadual. O relator terá de conciliar essa pressão com os limites da proposta enviada pelo governo. O relatório final está previsto para 2 de dezembro.

Depois do Fundeinfra

A redução dos recursos para infraestrutura entrou no debate do Orçamento de 2027. Relator da proposta, Wagner Neto relaciona a diminuição à extinção do Fundeinfra. A discussão interessa especialmente ao interior, onde obras rodoviárias mobilizam prefeitos, produtores e deputados. O governo terá de compatibilizar as demandas com a receita disponível.

Conversa com Brasília

Daniel Vilela estuda ir à posse do presidente Lula e solicitar uma audiência para apresentar demandas de Goiás. Depois de apoiar Flávio Bolsonaro, o governador organiza a relação institucional com o vencedor.
A reunião desta semana com o ministro dos Transportes, George Santoro, já colocou obras na pauta.

Prefeitos de mudança

A transferência de prefeitos do União Brasil para o PSD deve continuar movimentando a base governista. Levantamento do O Popular apontou ao menos 40 gestores nesse movimento. Caiado reforça a estrutura municipal de sua nova legenda, enquanto o União precisa preservar espaço no interior. A convivência no mesmo grupo estadual não elimina a disputa por filiados e candidaturas em 2028.

Maioria anunciada

Issy Quinan afirmou ter alcançado 25 apoios para disputar a presidência da Alego. A conta apresentada supera a maioria das 41 cadeiras, mas precisa resistir até a eleição. A próxima etapa envolve manter os compromissos e negociar a composição da Mesa. Quanto maior o grupo, maior também o número de aliados interessados em participar do comando da Casa.

PT na conversa

Issy também busca o apoio de Antônio Gomide, embora já tenha adesões de deputados eleitos pelo PL. Até a divulgação das conversas, o PT não havia anunciado posição favorável à candidatura. A negociação interessa ao emedebista por ampliar sua sustentação para além da base governista. Para os petistas, eventual acordo sobre a Mesa não elimina as diferenças com o governo estadual.

Mabel se aproxima da metade do mandato diante da cobrança por entregas

Prefeito projeta obras e admite reeleição, enquanto articulação com vereadores busca acelerar decisões para os próximos dois anos



O prefeito Sandro Mabel (União Brasil) se aproxima da metade do mandato com uma tarefa que definirá seu futuro político em Goiânia: transformar a reorganização administrativa que diz ter realizado em resultados percebidos pela população. A explicação sobre o que encontrou ao assumir continuará fazendo parte do discurso. Mas, a partir de 2027, a cobrança estará cada vez mais concentrada no que conseguirá entregar até dezembro de 2028.

Em entrevista à este colunista, o prefeito atribuiu dificuldades justamente ao tempo consumido pela gestão em resolver problemas herdados. Apresentou planos para ampliar a metronização, recuperar o Centro e construir unidades de saúde. Também admitiu disputar outro mandato. "Talvez precise de uma reeleição, se a gente estiver bem, se tiver chance de ser eleito", afirmou. A própria ressalva estabelece uma condição política: primeiro, chegar competitivo ao fim deste governo.

A secretária municipal de Governo, Sabrina Garcêz, apresentou o argumento da administração em entrevista à Tribuna do Planalto, publicada em 17 de outubro. Segundo ela, a prefeitura contratou mais de cem projetos de infraestrutura, parte dos quais ultrapassará a gestão atual. "Não vamos dar conta de executar isso em um, dois anos", reconheceu. A principal articuladora política de Mabel na interlocução com a Câmara também admitiu: "2028 já começou".

Preparar projetos é necessário para licitar, captar recursos e executar obras. Politicamente, porém, Mabel precisará distinguir o que deixará encaminhado do que pretende colocar em funcionamento. Sem essa divisão, a quantidade de iniciativas anunciadas pode aumentar a expectativa numa velocidade superior à capacidade de atendê-la.

O prefeito estabeleceu metas que permitem acompanhar essa distância. Falou em construir 32 unidades básicas de saúde e dez UPAs, além de sincronizar os semáforos da capital até julho de 2028. Na drenagem, reconheceu que parte dos problemas ficará para os próximos governos. São compromissos com exigências diferentes de dinheiro, contratação e prazo. A gestão terá de mostrar quais já têm condições de execução.

Há também uma mudança política esperada pelo Paço. Sabrina projetou uma base de 29 a 30 vereadores e afirmou que a nova composição das comissões deve melhorar a tramitação das propostas. Colocou entre as prioridades as reformas do Imas e da previdência municipal. Se essa expectativa se confirmar, aumentará a responsabilidade do Executivo sobre o andamento da própria agenda.

Os próximos dois anos exigirão escolhas. Saúde, mobilidade, drenagem e recuperação do Centro disputam recursos e capacidade de execução. Mabel precisará ordenar essas prioridades e assumir cronogramas que possam ser cobrados. Uma eventual candidatura à reeleição dependerá de como o morador avaliar o atendimento, o deslocamento e os serviços da cidade quando chegar a hora de votar novamente.

Segunda-feira no TCE

A eleição da direção do Tribunal de Contas do Estado está marcada para esta segunda-feira, 16. Sebastião Tejota é apontado como favorito para suceder Helder Valin, com expectativa de manutenção do rodízio por antiguidade. Se confirmado, voltará à presidência que ocupou entre 2006 e 2008. A escolha definirá quem comandará a fiscalização das contas estaduais no início do próximo mandato de Daniel Vilela.

Primeiro, as assinaturas

Dieyme Vasconcelos, do PL, quer reduzir de 25 para 19 as cadeiras da Câmara de Aparecida a partir de 2028. Seu primeiro desafio é reunir as nove assinaturas necessárias para apresentar a alteração da Lei Orgânica. Roberto Chaveiro, do PP, já manifestou oposição.

Cortaria a própria vaga

Se a Câmara de Aparecida tivesse 19 cadeiras na eleição de 2024, Dieyme Vasconcelos não teria sido eleito. Na simulação com os votos daquele pleito, o PL faria três vereadores. Com 2.190 votos, ele foi o quarto mais votado do partido.

A conta do transporte

A Câmara de Anápolis aprovou subsídio à Urban para evitar aumento da tarifa do transporte coletivo. A medida leva para o orçamento municipal parte do custo que poderia chegar ao passageiro. A discussão seguinte envolve a aplicação dos recursos e as condições do serviço. Prefeitura e vereadores terão de explicar como o apoio financeiro se traduzirá na operação das linhas.

Caixa de fim de ano

Anápolis também aprovou o programa Fique em Dia, com prazo de 60 dias para renegociação de débitos. A prefeitura abre uma frente para recuperar receita antes da virada do exercício. O resultado dependerá da adesão e do pagamento dos acordos. Para acompanhar o efeito sobre as contas municipais, será preciso distinguir o total renegociado do dinheiro efetivamente arrecadado.

Cobrança aos prefeitos

O Ministério Público de Contas apurou que 81 municípios goianos não têm Defesa Civil instituída. Quatro estão no cadastro nacional de áreas suscetíveis a inundações. O procedimento começou com uma amostra de 25 cidades, que deverão apresentar informações e elaborar planos de ação. A cobrança coloca prevenção e capacidade de resposta na agenda das prefeituras durante o período de chuvas.

Eliton quer continuidade

José Eliton articula a ida de Geraldo Alckmin a Goiânia para dar sequência ao movimento de centro discutido em Brasília. A visita ainda não tem confirmação. Depois de reunir aliados históricos do tucanato em torno do apoio ao presidente Lula, o ex-governador tenta manter o grupo organizado fora do calendário eleitoral. O próximo passo será definir uma agenda comum e quem participará dela.



Entrevista

Lissauer Vieira
Deputado eleito (PL)

"Tenho experiência e capacidade para voltar à Presidência da Alego"

Deputado estadual eleito pelo PL afirma que vai dialogar com as bancadas para construir consenso na eleição da Mesa Diretora, defende independência do Legislativo e diz que partido precisa superar divergências internas

Após quatro anos afastado da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira retorna à política com planos de voltar a ocupar o comando da Casa. Ex-presidente da Alego, ele aposta na experiência acumulada para participar da disputa pela Mesa Diretora, mas reconhece que o cenário exige diálogo e articulação. Em entrevista, fala sobre a relação do PL com o governo Daniel Vilela, a disputa interna pelo comando do partido, o municipalismo e os planos para fortalecer a oposição em Rio Verde nas eleições de 2028.

» Domingos Ketelbey
e Andréia Bahia

Em 2022, o senhor decidiu, às vésperas da convenção, não disputar a reeleição para deputado estadual e anunciou que iria se dedicar aos negócios. O que mudou de lá para cá para o senhor decidir retornar agora à política, com o retorno à Assembleia Legislativa?

Há quatro anos, em 2022, foi um ano muito difícil para mim. Eu estava na presidência da Assembleia Legislativa e tinha um planejamento bem encaminhado para ser candidato a deputado federal pelo estado de Goiás. Creio que, se tivesse sido candidato, teria grande chance de ter êxito na caminhada. Mas, com a morte do meu pai, resolvi e entendi que precisava dar um tempo na política. Naquela oportunidade, meu desejo, o desejo do meu coração, era cuidar somente dos meus negócios, trabalhar na minha atividade particular, que é o agronegócio. Mas entendo a política como uma missão. Vejo que a política, de fato, é uma missão que temos, que Deus nos dá, Deus nos atribui. Hoje enxergo a política de um modo um pouco diferente do que enxergava em 2022. Vejo, de fato, como uma missão que Deus nos dá e que precisa ser cumprida por nós. Então, a política me chamou novamente. Graças a Deus, consegui ter sucesso nessa caminhada e ser eleito. Dezesseis ex-deputados tentaram o retorno à Assembleia, e apenas eu consegui esse retorno.

O senhor disse que, nesses quatro anos, sua visão mudou e que chega à Alego com uma nova perspectiva. O que mais mudou na forma de fazer política?

Muita coisa que a gente enxerga de fora, você vê de uma forma diferente quando já viveu lá dentro e sabe que muita coisa pode ser feita para ajudar o Estado de Goiás. Essa experiência de ter sido deputado, ter sido presidente da Assembleia Legislativa, estar fora durante quatro anos por não ter disputado uma eleição e retornar agora me traz muito mais experiência e uma visão diferente da gestão pública. Essa experiência nós vamos usar com toda certeza nos próximos anos.

O senhor é o único ex-deputado que retorna à Alego nesta legislatura. O que pode ter sido determinante para somente o senhor retornar?

Eu tenho uma experiência muito grande, conheço o estado de Goiás em todos os cantos, conheço a administração pública de uma forma muito profunda, tenho vivência de uma gestão de Assembleia Legislativa de quatro anos e de ajuda ao governo do estado. Quando fui presidente, passamos por vários problemas na primeira gestão do governo Caiado. Havia questões fiscais a serem ajustadas, a situação econômica do estado não estava das melhores, veio a pandemia para agravar toda essa situação, e passamos por todas essas dificuldades. Eu ajudei a fazer essa gestão do estado de Goiás como presidente do Poder Legislativo. Adquiri uma experiência muito grande; isso soma muito para as atitudes, as ações e o perfil de mandato que vamos ter nos próximos quatro anos. Eu conheço tudo da tramitação de processos na Assembleia Legislativa, construí a nova sede, viabilizei o orçamento impositivo para os deputados, as emendas, e isso me traz experiência e uma visão diferente de como podemos atuar no nosso mandato parlamentar nos próximos anos.

Qual vai ser o principal mote do novo mandato?

Eu sempre trabalhei e atuei com o municipalismo e na defesa do setor produtivo. Eu entendo que os problemas estão nos municípios, as dificuldades das pessoas; as pessoas vivem é nos municípios. A gente precisa valorizar e cada vez mais fortalecer os municípios. Os prefeitos vêm passando por momentos difíceis, principalmente os de cidades menores, que têm arrecadação menor. A gente precisa dar atenção a esses prefeitos, entender as dificuldades e encaminhar, através da nossa articulação e das emendas parlamentares, recursos para esses municípios. Uma atuação municipalista, mas nunca esquecendo o setor que gera emprego e renda. Quando eu falo do setor que gera emprego e renda, é o meu setor, que é a agropecuária, é a indústria, é o comércio, é o cidadão em geral. A gente precisa trabalhar esse incentivo ao setor produtivo junto com o municipalismo. Esse vai ser com certeza um dos grandes motes da minha atuação como parlamentar.

Sua base de votos está muito concentrada na região Sudoeste e no agronegócio?

Não só isso. Eu tive muito voto de Goiânia. É uma cidade que me deu uma votação expressiva; também tive votos na região metropolitana e nos quatro cantos do estado de Goiás. Fui votado em 239 dos 246 municípios do estado. Goiás hoje não tem só a região Sudoeste desenvolvida no que tange ao agronegócio. Nós temos a região Norte, que já se desenvolveu muito; a região da Ferrovia Norte-Sul; a região do polo farmoquímico de Anápolis; um crescimento muito grande na região Nordeste; a questão das terras raras, que vem tendo uma discussão muito forte, e o futuro de Goiás com certeza passa por isso. Temos o turismo em Goiás, que tem que ser desenvolvido na região Norte, em Niquelândia, Uruaçu e outras cidades que têm não

Tenho experiência, tenho capacidade, já tenho isso comprovado. Mas isso não significa que estamos impondo uma candidatura.

só terras raras, minérios, como também têm o turismo para nós podermos incentivar. Eu acho que precisamos olhar por região e fortalecer o nosso estado através da vocação econômica de cada município, de cada região.

O senhor pretende retornar ao comando da Alego. Por que o senhor considera que é o momento para retomar não só o mandato de deputado, mas também a presidência da Casa?

A minha experiência me capacita para qualquer cargo dentro da Assembleia. Eu fui presidente por quatro anos, conheço aquela Casa, conheço os servidores, conheço os deputados, sei de tramitação. Essa experiência já me capacita para isso. Nós vivemos um momento diferente no nosso estado de Goiás. Eu fui eleito por um partido que não é base do governo. Isso, claro, não é um fator determinante, mas dificulta um pouco mais a articulação para chegarmos à presidência. Nós temos bons deputados, experientes, postulando ser presidente da Assembleia, e eu respeito todos, até porque tenho amizade com todos. Entendo que o parlamento tem um dia importante: o dia da posse, primeiro de fevereiro, em que nós, 41 deputados, decidimos quem vai gerir o Poder Legislativo para os próximos anos. Tem que ser uma decisão dos deputados, de todas as bancadas que englobam partidos políticos, ideias e ideologias diferentes na Assembleia. Eu tenho experiência, tenho capacidade, já tenho isso comprovado e, com toda certeza, meu nome foi cogitado e será cogitado sempre pelo trabalho que fizemos durante os quatro anos, mas isso não significa que estamos impondo uma candidatura. Existem outros nomes, e vamos sentar, dialogar, conversar com todos que estão postulando uma vaga na Mesa Diretora. O que a maioria decidir, vamos acatar.

Essa experiência anterior lhe garante uma quantidade robusta de apoios ou o senhor está articulando do zero?

Isso por si só me dá referência; os deputados sabem o que a gente já fez e construiu, mas não dá nenhum tipo de garantia de eleição nem mesmo de viabilização de candidatura. O momento é de conversar; ainda temos três meses para a eleição da Mesa Diretora, um período de diálogo, de conversa, de entender o que os deputados pensam e propõem, para a gente poder chegar a um consenso, a um nome que possa representar o nosso Poder nos próximos dois anos. A gente vai aguardar essas conversas, vamos ver a questão das bancadas, e o que a maioria decidir, a gente vai acatar juntos. Não significa que tem que ser eu, nunca falei isso, que sou o único nome que pode gerir a Assembleia. Tem bons nomes e temos boas pessoas. O que a gente vai fazer é construir um trabalho de diálogo, e o que a maioria entender que é o melhor, com toda certeza, vai ser o próximo presidente.

O deputado Issy Quinan (MDB) já teria o apoio de aproximadamente 25 deputados, inclusive do PL, nessa disputa pela Presidência da Alego. Como o senhor vê essa movimentação do candidato do MDB?

É legítima e justa. É um deputado que tem história, foi prefeito, tem capacidade. Vejo como muito legítima a movimentação dele. O PL vai fechar em bloco; vamos trabalhar para poder ajustar o bloco. A gente precisa dialogar nesse momento. O deputado Issy tem feito um trabalho, ainda está cedo para cravar que fulano ou beltrano vai ser eleito presidente da Assembleia, mas ele tem feito um trabalho que tem se destacado. Isso é perfeitamente visível hoje aos olhos de todos e, com toda certeza, se ele for o escolhido da maioria, tenho convicção de que será um presidente de responsabilidade, que vai fazer a coisa correta para o estado de Goiás e também para os deputados. Se for ele, o deputado Virmondes Cruvinel, o deputado Cairo Salim ou eu, pode ter certeza de que vamos trabalhar pelo melhor da nossa comunidade, fazendo o melhor para o Poder Legislativo. Qualquer um que for eleito vai contar comigo para ajudar e para, dentro da minha experiência e da vivência que eu tenho, trazer sugestões e melhorias para a gestão da Assembleia Legislativa.

Os últimos presidentes foram eleitos por unanimidade. O senhor vê clima para disputa?

Eu entendo que hoje existe clima para disputa, mas até chegar fevereiro muita coisa vai mudar. Não é momento para ter disputa, brigas internas ou algo nesse sentido. Se conseguirmos chegar a um consenso e trabalhar um nome só, esse é o melhor caminho.

Se a eleição fosse hoje, teria ambiente para disputa, mas até fevereiro o contexto pode mudar?

Exatamente, hoje existem muitos nomes colocados à mesa, alguns que já estão fechados, outros que estão conversando, mas eu acho que daqui para fevereiro tende a afunilar.

Um dos desafios da sua candidatura é o fato de o PL não pertencer à base do governador Daniel Vilela. O senhor pretende atuar em um campo independente, na oposição? Como o senhor vê a relação do partido e a sua com o governo?

Eu fui eleito presidente da Assembleia Legislativa em uma situação em que eu não era da base do governo. E, após a minha eleição à presidência, o que eu pude fazer, eu fiz para poder ajudar o governo durante três anos e meio, praticamente quatro anos. As matérias mais difíceis foram votadas na minha gestão, nós conseguimos equilibrar o estado na questão fiscal, ajudamos o estado a entrar no RRF, hoje está no Propag, tudo começou conosco. A gente ajudou muito o estado na pandemia, devolvemos recursos através de articulação nossa, de todos os poderes, para o governo na pandemia, ajudando na compra de respiradores e na montagem de hospitais de campanha. Tudo que eu pude fazer como presidente da Assembleia Legislativa para o equilíbrio fiscal do Estado e para melhorar a vida da população do Estado de Goiás, eu fiz. Eu sou uma pessoa do diálogo e do entendimento. Tenho muita experiência, vivência de Legislativo e conheço todo o trâmite burocrático da gestão pública do estado de Goiás. Isso conta muito, é muito importante para um deputado que chega já com uma experiência como eu chego. O PL está conversando, tentando ver o que é melhor para cada parlamentar e para o partido principalmente, mas a gente precisa pensar no Estado de Goiás. Entendo que tem muita coisa que precisa ajustar e melhorar; tem coisas a que é preciso dar continuidade e tocar para frente. Cada um vai ter sua visão e sua linha de pensamento. Tem deputado nosso que representa a segurança pública; tem parlamentar que, como eu e o Amaury Ribeiro, representa o setor produtivo, o agronegócio; tem deputados que representam vários segmentos da sociedade; e tem matérias que há parlamentar que não consegue votar, não dá conta de votar. Não é por ser base ou ser oposição que vai votar. O aumento de tributos é uma pauta unânime dentro do PL; nós não votamos. Quanto à questão do agro, eu não voto; e, quanto à questão dos militares, o Coronel Urzêda vai falar que não vota. A gente vai ter muita independência para trabalhar e um caminho para poder seguir dentro das pautas de cada parlamentar e da linha de ideologia e de trabalho de cada um.

Precisamos estar coesos, dialogando, seguindo no mesmo sentido. No embate, todos perdem.

O senhor acredita então que o caminho do PL é ter uma postura independente?

Isso vai depender de cada deputado, não vou falar se é independente ou não. Acho que na maioria das vezes vai ser um caminho de alinhamento ao governo, mas em uma posição um pouco mais independente. Isso é coisa da minha cabeça; não estamos com o martelo batido sobre isso.

Eleito, caso consiga voltar à Presidência, quais vão ser suas prioridades em uma eventual nova gestão?

Existem várias prioridades e demandas. A Assembleia cresceu muito nos últimos anos, está mais independente, mais autônoma, até porque hoje temos o duodécimo, que nos dá independência financeira, uma sede nova e orçamento impositivo. Entendo que a Assembleia precisa pensar na população do estado de Goiás, mas precisa ser um parlamento que defende os seus membros. E, quando eu falo em seus membros, estou falando dos deputados e dos servidores. Temos que ser parceiros de quem está lá, no dia a dia, trabalhando e fazendo o Poder Legislativo. Isso são os deputados e os servidores que fazem, e os servidores são muito valorosos. Vamos trabalhar, independentemente de ser presidente ou não, em defesa disso, da autonomia e da independência da Assembleia, na defesa das prerrogativas dos deputados, mas também na valorização e defesa das prerrogativas dos servidores da Casa.

O senhor tem hoje o apoio declarado de quantos colegas?

Não tenho número, nem estou aqui para falar números, até porque estamos ainda num processo muito embrionário. As eleições acabaram há um mês e pouco, e a eleição da Mesa vai ser daqui a três meses. Tem muita coisa para fazer, estamos dialogando, e o diálogo é aberto com todos.

Como é que o senhor vê a eventual influência do governador na escolha do próximo presidente?

Eu vejo como normal, isso acontece em todo o Brasil, nas prefeituras, no governo federal, no governo estadual, mas, ao mesmo tempo, com preocupação, porque o dia da eleição da Mesa é o dia dos deputados. Cada deputado tem a prerrogativa de ser base ou ser oposição, vai escolher lá na frente se vai ser base, se vai ser oposição, se vai criticar ou se vai votar com o governo. O dia primeiro de fevereiro é o dia dos deputados da Assembleia Legislativa, dia de nós elegermos o nosso gestor. E esse gestor tem que ser escolhido por nós, pelos parlamentares, pelos deputados, e não por ingerência ou influência de qualquer outro poder que seja.

Como equilibrar a independência da Alego com uma boa interlocução com o Executivo?

Com respeito, diálogo, parceria e, principalmente, pensando no bem coletivo. Não se faz gestão pública sem pensar no bem coletivo. Esse foi o tom da minha gestão como presidente da Assembleia e vai ser o do meu mandato como deputado nos próximos anos.

Como é que o senhor vê a crise que acontece nos bastidores do PL? O senhor defende que o PL troque de comando nessa virada de ano?

Temos o maior partido do Brasil, a maior bancada federal e a maior bancada de senadores, e aqui em Goiás não é diferente: temos a maior bancada legislativa do estado, dois senadores, cinco deputados estaduais e quatro deputados federais a partir do ano de 2027. O partido teve uma evolução, e eu entendo — e digo sempre — que o partido precisa ter o entendimento de pacificação. Vamos ter uma eleição municipal em 2028. Nosso partido é muito forte, é um partido que é da direita; Goiás tem majoritariamente o perfil de direita, e temos condições de eleger vários prefeitos em todo o Estado, priorizando alguns municípios. É um partido que tem a maior bancada, tem muito recurso do fundo eleitoral e tem todas as condições de alcançar um sucesso ainda maior nas eleições de 2028. Para isso, precisamos estar coesos, dialogando, seguindo no mesmo sentido, no mesmo caminho. O senador Wilder Morais tem mais quatro anos de mandato e fez um bom papel como presidente do partido. Não teve sucesso, mas disputou legitimamente o governo e, no meu entendimento, ajudou a eleger mais deputados. O Gustavo Gayer foi um senador muito bem votado, tem uma ligação muito grande com a direita e até mesmo com os perfis de direita de ascensão nacional. É legítimo Gayer buscar a presidência do partido, assim como é legítimo Wilder defender o legado dele também. Precisamos sentar, dialogar e resolver essa situação para o partido não perder com isso, porque, no embate, todos perdem.

Leia a entrevista completa no site: www.tribunadoplanalto.com.br/


HECAD
Hospital Estadual da Criança e do Adolescente
Seja Bem-vindo
É POR VOCÊ QUE A GENTE FAZ
Entrada Administrativa
A SAÚDE AVANÇA EM TODO O ESTADO
E pra cuidar cada vez mais de você, o investimento não vai parar.
São novas unidades entregues em todo o estado, com consultas especializadas, leitos de UTI, exames e tratamentos de alta complexidade, totalizando mais de 32 bilhões investidos em saúde.
Hoje, Goiás conta com 4 novos hospitais estaduais, entre eles o 1º hospital de combate ao Câncer infantojuvenil, 5 hospitais modernizados e o Novo Hugo, que será o melhor hospital público de urgência do país.
Ainda há muito a ser feito. Mas, com o Governo de Goiás, a saúde avança e chega até você.
GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO
+9 hospitais estaduais / 6 policlínicas
22 municípios com leitos de UTI
3 novas policlínicas em andamento
CORA: Complexo de Combate ao Câncer Infantojuvenil
31 unidades de saúde por todo o estado
Vem aí: Novo Hugo
SAIBA MAIS:

Emendas

Corrida pelos R$ 574 milhões

Deputados terão cerca de R$ 14 milhões cada para indicar no orçamento de 2027; acompanhamento precisa mostrar se os recursos saíram do papel

» Carlos Nathan Sampaio

Foto: Alego



Comissão de Finanças da Alego durante a discussão da LOA 2027

A disputa pelas emendas parlamentares de Goiás para 2027 começou com a abertura do prazo para os deputados apresentarem propostas à Lei Orçamentária Anual (LOA). Até 27 de novembro, eles poderão indicar onde pretendem aplicar parte dos recursos estaduais. A proposta prevê R$ 573,9 milhões para emendas impositivas, o equivalente a aproximadamente R$ 14 milhões para cada um dos 41 parlamentares. O valor ainda está sujeito à tramitação do orçamento na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

O montante diz respeito a 2027, primeiro ano do próximo mandato de Daniel Vilela (MDB), e não deve ser projetado automaticamente para os quatro anos seguintes. A LOA estima um orçamento total de R$ 54,31 bilhões. A previsão para as emendas corresponde a 1,2% da receita corrente líquida estimada pelo Estado, base usada no cálculo.

O que está em discussão

As emendas permitem que deputados indiquem a aplicação de recursos em obras, serviços e projetos. Segundo Thiago Albernaz (MDB), presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Alego, a Constituição estadual determina que 70% do valor individual seja destinado às áreas de saúde e educação. Os outros 30% podem atender, por exemplo, infraestrutura, eventos ou outros investimentos.

O prazo para apresentar emendas vai de 9 a 27 de novembro. A publicação das propostas está prevista para 30 de novembro e 1º de dezembro, e o relatório final deve ser apresentado à comissão em 2 de dezembro. Até lá, a proposta orçamentária permanece em tramitação e pode receber alterações.

Para o relator da LOA, Wagner Camargo Neto (Solidariedade), a análise das emendas exigirá diálogo entre parlamentares e governo. "Não adianta simplesmente a gente aceitar as emendas de algum parlamentar para amanhã o governador vetar parcialmente essas emendas", afirmou. Ele disse que pretende buscar um entendimento prévio para que as alterações possam ser aprovadas e sancionadas.

> **Existem sim modelos de acompanhamento, sistemas governamentais que acompanham toda a execução dessa obra, além da fiscalização, Ministério Público, Tribunal de Contas**
>
> ***Thiago Albernaz (MDB),*** *presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Alego*

Indicar não é receber

A discussão envolve mais do que o valor que cada deputado poderá direcionar. Uma emenda pode ser indicada, incluída no orçamento, empenhada, liquidada e paga. Essas etapas têm significados diferentes: a indicação aponta o destino pretendido; a autorização orçamentária reserva a possibilidade de gasto; o empenho compromete o recurso; a liquidação verifica o cumprimento da obrigação, como a entrega de um bem ou serviço; e o pagamento transfere o dinheiro.

Mesmo depois do pagamento, é preciso conferir se a compra, obra ou serviço previsto foi efetivamente realizado e está disponível para a população. Por isso, o valor autorizado no orçamento não deve ser apresentado como dinheiro já repassado ou como entrega concluída. A fiscalização depende de acompanhar cada fase e verificar documentos e resultados no município ou na entidade beneficiada.

Albernaz afirma que a execução exige que o beneficiário apresente um plano de trabalho e se comprometa com sua realização. Depois, deve prestar contas da aplicação dos recursos. "Existem sim modelos de acompanhamento, sistemas governamentais que acompanham toda a execução dessa obra, além da fiscalização, Ministério Público, Tribunal de Contas", disse. Segundo ele, os valores e a prestação de contas são públicos.

Como acompanhar os recursos

O Governo de Goiás mantém o EmendasGO, sistema que permite consultar indicações e alterações das emendas estaduais de 2025 e 2026. Para acompanhar a execução orçamentária e financeira, o portal da Transparência direciona o cidadão a um painel com informações sobre valores empenhados e pagos desde 2021.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) também disponibiliza, no Observatório do Cidadão, dados sobre valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos. O painel permite filtrar informações por deputado, município beneficiado e destinatário final. O tribunal informa que o levantamento permite comparar o que foi autorizado com o que avançou nas etapas de execução. Essas consultas ajudam a localizar a situação financeira de cada emenda, mas a checagem da entrega exige olhar para o resultado. Em uma obra, por exemplo, o cidadão pode comparar a descrição e o valor previstos com o que foi construído. Em compras e serviços, pode pedir informações ao beneficiário e verificar se o item ou atendimento chegou a quem deveria. Esse acompanhamento também permite questionar atrasos e diferenças entre o plano e a execução.

O Jornal Tribuna do Planalto procurou a área de gestão de emendas da Secretaria de Relações Institucionais (Serint), e a própria secretaria para esclarecer o fluxo de análise, os motivos de atrasos e a fiscalização das entregas. Não houve retorno até o fechamento desta reportagem.

Audiências no interior

A participação pública também está prevista em audiências sobre o orçamento. Wagner informou que os encontros ocorrerão em Itapuranga, em 17 de novembro, às 9 horas; Jaraguá, em 19 de novembro, às 14 horas; Crixás, em 25 de novembro, às 18 horas; e Campos Belos, em 27 de novembro, às 9 horas. Segundo o relator, a proposta é dar à população a oportunidade de opinar sobre a LOA.

Para Albernaz, as audiências permitem discutir o orçamento estadual como um todo, incluindo despesas, dívidas e investimentos, além das emendas. O deputado afirma que a proximidade com os municípios pode ajudar a identificar demandas locais, especialmente em cidades menores, que dependem de transferências e de recursos parlamentares para viabilizar projetos e obras.

Com a apresentação das emendas e a discussão do orçamento, o desafio será acompanhar quais propostas entram na LOA, quais avançam até o pagamento e o que chega de fato à população. A previsão de R$ 573,9 milhões abre a disputa por recursos em 2027; a transparência sobre cada etapa permitirá avaliar como essas escolhas se traduzem em serviços e entregas.

> **Não adianta simplesmente a gente aceitar as emendas de algum parlamentar para amanhã o governador vetar parcialmente essas emendas**
>
> ***Wagner Camargo Neto (Solidariedade),*** *relator da LOA*

Economia

Goiânia projeta orçamento de

R$ 11,7 bilhões para 2027

Proposta destina cerca de R$ 2,4 bilhões para Saúde e Educação; Fazenda atribui crescimento da receita à melhoria da cobrança de tributos

» Arthur Oliveira*

Foto: Divulgação/Prefeitura de Goiânia



Prefeitura de Goiânia prevê orçamento de R$ 11,7 bilhões para 2027, com R$ 1,6 bilhão destinado a investimentos

A Prefeitura de Goiânia prevê um orçamento de R$ 11,739 bilhões para 2027, crescimento de 8,27% em relação ao previsto para este ano. A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), em análise na Comissão Mista da Câmara Municipal, reserva R$ 1,612 bilhão para investimentos e concentra os maiores volumes de recursos nas áreas de Saúde e Educação, com cerca de R$ 2,4 bilhões para cada uma.

Nesta semana, o Executivo encaminhou aos vereadores o Caderno de Emendas Parlamentares com uma lista de projetos considerados prioritários para a capital. O documento reúne propostas com valores estimados e locais previstos para orientar a destinação de emendas, mas não representa garantia de financiamento ou de execução das obras.

Em entrevista, o secretário municipal da Fazenda, Oldair Marinho da Fonseca, classificou a proposta orçamentária como a "LOA dos investimentos". Segundo ele, a estratégia prevê ampliar a capacidade de investimento em áreas como infraestrutura, mobilidade, drenagem, saúde e educação. O secretário também afirmou que a Prefeitura pretende aumentar a arrecadação por meio do aprimoramento da cobrança de tributos, sem elevar a carga tributária.

Saúde e Educação concentram os maiores orçamentos

A Saúde tem a maior previsão de recursos para 2027, com R$ 2,414 bilhões, seguida pela Educação, com R$ 2,412 bilhões. Juntas, as duas áreas somam aproximadamente R$ 4,8 bilhões, o equivalente a cerca de 41% do orçamento municipal proposto. A Previdência Social aparece na sequência, com R$ 1,479 bilhão, enquanto o saneamento tem previsão de R$ 887 milhões. Na Saúde, a proposta prevê R$ 2,163 bilhões para custeio e despesas operacionais e R$ 250 milhões para investimentos. Na Educação, são R$ 2,011 bilhões destinados ao custeio e R$ 400 milhões para investimentos.

O Caderno de Emendas detalha projetos que podem receber recursos parlamentares para ampliar a rede de atendimento. Entre eles estão 28 novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), distribuídas por diferentes regiões da capital, com custo estimado total de R$ 166,8 milhões. Do conjunto, 12 unidades são de porte III, orçadas em R$ 4,76 milhões cada, e 16 são de porte V, com custo estimado de R$ 6,86 milhões por estrutura.

O documento também prevê quatro novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), uma em cada uma das regiões Noroeste, Norte, Leste e Oeste, ao custo estimado de R$ 17 milhões por unidade. Os locais indicados são o Jardim Curitiba, o Setor Urias Magalhães, o Jardim Novo Mundo e o Conjunto Vera Cruz.

Em contrapartida, na área da Educação, o caderno não apresenta projetos específicos, com valores e locais definidos, como faz para a Saúde e outras áreas. Procurada pela reportagem para esclarecer a ausência de projetos específicos e informar se pretende buscar recursos de emendas para financiar investimentos na rede municipal de ensino, a Prefeitura de Goiânia não havia respondido aos questionamentos até o fechamento desta matéria.

Drenagem, pavimentação e mobilidade

A infraestrutura é outra frente importante da proposta orçamentária. O orçamento prevê R$ 509 milhões para infraestrutura em geral e outros R$ 500 milhões exclusivos para ações de pavimentação e drenagem. Na mobilidade urbana, são R$ 152 milhões para intervenções como recuperação de vias e sinalização, além de R$ 317 milhões para o subsídio ao transporte público.

As propostas apresentadas aos parlamentares detalham obras que podem complementar esses investimentos. O Caderno de Emendas lista 15 obras de drenagem e pavimentação, com custo total estimado em R$ 135,5 milhões. Entre elas estão intervenções no Residencial Elizene Santana, na Avenida Militar, no prolongamento da Avenida Goiás Norte, no Residencial JK e em bairros das regiões Oeste e Noroeste.

O documento também reúne 13 intervenções em pontos críticos de alagamento, com estimativa de R$ 131,2 milhões. Os projetos incluem galerias pluviais, ampliação de redes e bacias de retenção. Entre os locais citados estão a Vila Canaã e seu entorno, a região da Assembleia Legislativa, o Jardim Atlântico, a Avenida 87, no Setor Sul, e trechos das regiões Norte, Leste e Noroeste.

Outra proposta é a construção de 24 pontes, com custo estimado de R$ 5,4 milhões por estrutura. A relação inclui ligações entre bairros e travessias em diferentes pontos da cidade, como entre o Jardim Novo Mundo e o Jardim Califórnia, entre o Residencial das Acácias e a Vila Cristina Extensão e entre o Residencial Center Ville e a região do Córrego Bananal.

Segundo Oldair, a pavimentação e as intervenções de infraestrutura seguem entre as prioridades do município. O secretário afirmou que a administração pretende manter o foco em obras capazes de melhorar a circulação, a drenagem e as condições urbanas.

Esporte e cultura

Além das áreas diretamente ligadas à infraestrutura e aos serviços essenciais, o caderno apresenta projetos de esporte, lazer, cultura, patrimônio histórico e proteção ambiental. Na região Norte, a Prefeitura propõe o Centro Esportivo Cine Canoeiro, estimado em R$ 33 milhões, com quadras para diferentes modalidades e espaços para escolinhas, treinamentos e competições.

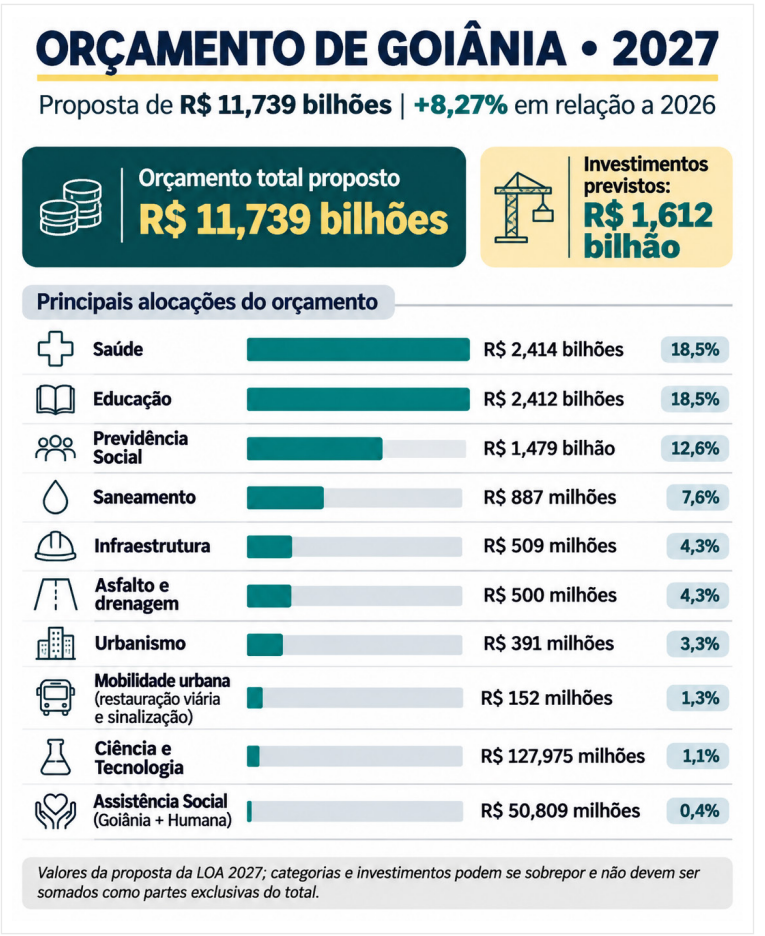
Na cultura, estão previstos um Espaço de Eventos com capacidade para até 10 mil pessoas sentadas, estimado em R$ 30 milhões, e um Museu Sertanejo, com custo projetado de R$ 20 milhões. O material também inclui a requalificação do Museu de Arte de Goiânia, estimada em R$ 12 milhões, e a recuperação da Estação Ferroviária, com previsão de R$ 2,6 milhões, e da Biblioteca Cora Coralina, orçada em R$ 3,37 milhões.

Arrecadação e tramitação do orçamento

Para financiar as despesas previstas, a proposta estima aproximadamente R$ 4,744 bilhões em receitas provenientes de tributos e taxas municipais. Oldair afirmou que a Prefeitura pretende qualificar os sistemas de arrecadação e intensificar a cobrança de débitos, com o objetivo de ampliar a receita sem aumentar impostos. A administração também se prepara para mudanças decorrentes da reforma tributária, com modernização de sistemas e integração de dados com os governos estadual e federal.

O Caderno de Emendas funciona como instrumento de articulação entre o Executivo e o Legislativo. Os parlamentares podem apoiar integralmente um projeto ou destinar parte dos recursos necessários, conforme as regras aplicáveis às emendas. A escolha é facultativa, e a apresentação das propostas não significa que as obras já tenham financiamento assegurado.

A LOA de 2027 segue em análise e tem previsão para aprovação até o fim de dezembro deste ano. A execução efetiva dos investimentos depende da aprovação da lei, da disponibilidade financeira e dos procedimentos necessários para cada projeto.



Saúde

Goiás amplia rede pública de saúde

com novos hospitais, mais leitos e atendimento no interior

Com R$ 32,65 bilhões investidos desde 2019, Estado expandiu a estrutura hospitalar, implantou seis policlínicas e ampliou a oferta de consultas, exames, cirurgias e tratamentos especializados

» Da Redação

A rede pública de saúde de Goiás passou por uma ampla expansão nos últimos anos, com a construção de hospitais, abertura de unidades especializadas e descentralização dos serviços. Desde 2019, o Governo do Estado investiu R$ 32,65 bilhões no setor, ampliando a capacidade de atendimento na capital e no interior. Entre os principais avanços estão a implantação de hospitais regionais, a criação de uma rede de policlínicas e a construção do primeiro hospital público estadual especializado no tratamento do câncer em crianças e adolescentes.

A saúde é um desafio diário. Conseguimos avançar muito. O novo salto é aumentar o acesso e garantir atendimento.

Foto: Secom



"A saúde é um desafio diário. Conseguimos avançar muito. O novo salto é aumentar o acesso e garantir atendimento", afirma o governador Daniel Vilela sobre a expansão da rede estadual de saúde

"A saúde é um desafio diário. Conseguimos avançar muito. O novo salto é aumentar o acesso e garantir atendimento", destaca o governador Daniel Vilela. Conforme ele, a regionalização é uma das principais conquistas da gestão. "Hoje nós estamos definitivamente 100% regionalizados, garantindo o acesso com qualidade, com todos os equipamentos necessários para a população goiana, coisa que nenhum outro estado tem e nenhum outro estado fez em tão pouco tempo", afirma.

Entre as principais entregas estão o Hospital Estadual de Águas Lindas, com 164 leitos, sendo 40 de UTI; o Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), em Uruaçu, com 277 leitos e referência para 60 municípios; e o Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad), em Goiânia, com 156 leitos, dos quais 40 são de UTI. Juntas, as três unidades somam 597 leitos, fortalecendo a assistência hospitalar em diferentes regiões do estado.

Outro avanço foi a implantação do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia, primeiro hospital público estadual especializado no tratamento do câncer infantojuvenil. Com 97 leitos, a unidade oferece atendimento de alta complexidade, incluindo cirurgias especializadas e estrutura para transplante de medula óssea, ampliando o acesso de crianças e adolescentes ao tratamento oncológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A reestruturação também incluiu a incorporação de cinco hospitais municipais à rede estadual, em Formosa, Luziânia, Jataí, São Luís de Montes Belos e Itumbiara. Além disso, foram realizadas reformas e ampliações em unidades como o Hospital Estadual de Trindade (Hetrin), o Hospital Estadual de Anápolis (Heana), o Hospital Geral de Goiânia (HGG), o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) e o Hemocentro de Goiás, modernizando a infraestrutura e melhorando as condições de atendimento.

A oferta de serviços especializados no interior foi reforçada com a implantação de seis policlínicas estaduais, em Formosa, Goianésia, Cidade de Goiás, Posse, Quirinópolis e São Luís de Montes Belos. As unidades oferecem consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes para Goiânia. Outras três policlínicas estão previstas ou em implantação em Mozarlândia, Campos Belos e Mineiros. Os investimentos em construção, equipamentos e melhorias dessas estruturas superam R$ 122,8 milhões.

Na capital, um dos principais projetos em andamento é o novo Hospital de Urgências de Goiás (Hugo), com investimento anunciado de R$ 480 milhões, mais de 500 leitos previstos e 20 salas cirúrgicas. "Nós vamos oferecer o que há de melhor em qualidade e conforto ao cidadão goiano que vai utilizar o novo Hugo", afirma Daniel Vilela. Com a transferência dos serviços para a nova estrutura, o atual prédio será destinado ao Hospital da Mulher e à Maternidade Estadual de Alto Risco, ampliando a assistência especializada à população feminina.

Daniel Vilela apresenta **novidades do Natal do Bem 2026 em Goiânia**

Foto: Júnior Guimarães e Hegon Corrêa



Governador Daniel Vilela e primeira-dama Iara Vilela apresentam as novidades do Natal do Bem 2026, que terá novos brinquedos, ampliação da Vila Gastronômica e mais de 300 atrações

O governador Daniel Vilela, acompanhado da primeira-dama Iara Vilela, apresentou, na quinta-feira (12), as novidades do Natal do Bem 2026, durante coletiva de imprensa no Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), em Goiânia. Realizado pelo Governo de Goiás, por meio do Goiás Social e da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), o evento começou na sexta-feira (13) e segue até 3 de janeiro de 2027.

"É o maior Natal gratuito do Brasil, sempre procurando evoluir, avançar na parte lúdica do evento. Estamos fazendo todo o esforço possível para que as crianças goianas possam ter aqui no nosso estado um local extraordinário para elas viverem esse momento tão especial", afirmou Daniel Vilela.

Daniel Vilela relacionou a realização do evento às políticas públicas de inclusão social desenvolvidas pelo Governo de Goiás. De acordo com ele, mais de 500 mil famílias deixaram a condição de extrema pobreza no Estado nos últimos quatro anos. "Nós somos o estado que mais retirou famílias dessa situação, entre todos os estados brasileiros. Isso significa que as ações do nosso governo não são simplesmente só fazer aqui esse local mágico, lúdico. É poder efetivamente mudar a realidade dessas crianças e dessas famílias", disse.

Programação

O Natal do Bem terá entrada, atrações e estacionamento gratuitos. O funcionamento será de terça-feira a domingo, com abertura dos portões às 18h, acendimento das luzes às 19h e desfile natalino às 19h15. Entre as mais de 300 atrações previstas estão apresentações no Palácio da Música e no Coreto, além do espetáculo Prisma. A programação musical também contará com show de Zé Ramalho, marcado para 22 de dezembro. A Vila Gastronômica foi ampliada de 27 para 29 quiosques, com capacidade para receber cerca de 3,5 mil pessoas sentadas simultaneamente.

O público terá à disposição 12 mil vagas rotativas gratuitas de estacionamento, com acessos pela BR-153 e pela GO-020. Também serão oferecidos traslados internos sem custo entre os estacionamentos e o Centro Cultural Oscar Niemeyer e a estrutura contará com serviços de acessibilidade, como intérpretes de Libras, vagas reservadas e espaços preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC) disponibilizará duas linhas regulares de ônibus para atender os visitantes do Natal do Bem. Os trajetos serão operados de terça-feira a domingo, inclusive nos feriados, com ligação entre terminais e pontos da capital e o Centro Cultural Oscar Niemeyer.

A linha 990 fará o percurso Terminal Praça da Bíblia/Praça Cívica/Oscar Niemeyer. Já a linha 991 atenderá o trajeto Terminal Isidória/Flamboyant/Oscar Niemeyer. De terça a sexta-feira, os ônibus circularão das 18h às 23h. Aos sábados, domingos e feriados, o atendimento será das 16h à meia-noite. A tarifa será de R$ 4,30 por passageiro.

Além das linhas regulares, duas rotas gratuitas sairão da Praça Cívica e do Shopping Flamboyant com destino ao evento, como alternativa de transporte para quem pretende visitar o complexo natalino em Goiânia.

Goiânia

Mabel anuncia conclusão da

Casa da Mulher Brasileira em um ano

Articulação da atual gestão junto ao governo federal garante retomada de obras para construção de equipamento que amplia proteção a mulheres vítimas de violência

» Da Redação

O prefeito Sandro Mabel e a ministra das Mulheres do governo federal, Márcia Lopes, anunciaram, na quarta-feira (11/11), a retomada das obras da Casa da Mulher Brasileira, com inauguração prevista dentro do prazo de um ano. A obra foi iniciada em 2023, mas ficou paralisada em função do não cumprimento de obrigações da construtora anterior. Uma nova licitação foi realizada para a conclusão da estrutura.

"Em Goiânia, dizemos que em briga de marido e mulher, a gente não bota a colher, a gente coloca algemas. Este é um local para que mulheres vítimas de violência se sintam protegidas e seguras para denunciar agressores, rompendo o ciclo. Quando assumimos a gestão, a construtora não havia conseguido tocar a obra; rescindimos o contrato e fizemos nova licitação. Vou acompanhar pessoalmente, pois a Casa da Mulher Brasileira é muito importante", afirmou o prefeito.

A Casa da Mulher Brasileira é um dos principais eixos do Programa Mulher Viver sem Violência, do Ministério das Mulheres, e representa um marco na promoção de políticas públicas voltadas às mulheres vítimas de violência doméstica. A unidade do Setor Goiânia 2 contará com área construída de 3.600 m² e vai oferecer atendimentos especializados voltados às mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica.

A ministra das Mulheres do governo federal, Márcia Lopes, esclarece como a Casa da Mulher Brasileira é capaz de atender mulheres vítimas de violência. Essas mulheres se sentem inseguras para fazer denúncias, segundo Márcia Lopes, pois, mesmo tendo rompido relacionamentos abusivos, há o medo de perseguição e vingança por parte dos agressores.

"Aqui temos um serviço inovador, que atende todas as necessidades. A mulher que chega é atendida pela assistente social, psicóloga, sistema de justiça, Ministério Público, delegacia especializada, Defensoria Pública, Instituto Médico Legal. Há cuidoteca para deixar as crianças, alojamentos provisórios, entre outros", detalhou a ministra.

A secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh), Erizânia Freitas, frisou que a estrutura é uma grande vitória para as mulheres goianienses. "É uma obra de 2020 e, quando o prefeito Sandro Mabel assumiu a gestão, o município já tinha praticamente perdido o recurso de R$ 13 milhões por atrasos. A prefeitura definiu a obra como prioritária; assinamos um contrato para a retomada e vamos garantir o espaço para as mulheres goianienses."

Os engenheiros responsáveis, Regina Lúcia Costa Dias e Ullyano Miranda, detalharam o andamento da obra. "Ainda falta toda a parte de equipamentos, elétrica e hidráulica. A estrutura está 90% pronta; falta a cobertura. Acreditamos que, dentro de um ano, ela será entregue à população. A obra em si tem o prazo previsto de 250 dias, nove meses, mas, após concluí-la, ainda temos de equipá-la antes da entrega."

"Quero saudar o prefeito Sandro Mabel e reconhecer sua iniciativa de findar o último contrato e reiniciar a licitação. Espero, sinceramente, Mabel e ministra, que possamos agora definitivamente inaugurar a Casa da Mulher Brasileira e colocá-la para cumprir a sua função social de acolhimento a todas as mulheres em situação de violência no município de Goiânia", afirmou a vereadora Katia Maria, representando a Câmara Municipal.

Foto: Alex Malheiros



Sandro Mabel garante no **Ministério dos Transportes a obra do anel viário de Goiânia**

Foto: Alex Malheiros



O prefeito Sandro Mabel esteve em Brasília, na última terça-feira (10/11), para discutir medidas que possam destravar as obras do anel viário da BR-153, entre Goiânia e Aparecida. A proposta apresentada por Mabel e pelo deputado federal José Nelto é que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) assuma as obras caso nenhuma empresa se apresente como interessada no novo leilão, previsto para o dia 11 de dezembro.

Mabel e Nelto também defendem que o DNIT possa assumir a licitação e a execução da obra caso a empresa vencedora não cumpra os prazos estabelecidos. "Essa é uma demanda urgente não só de Goiânia. A BR-153 é uma via importante para o Brasil, não só para o escoamento de produtos. É uma necessidade e estamos tentando essa solução o mais rápido possível", destacou o prefeito de Goiânia.

Acompanhados da presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Eliane Simonini, e do secretário de Infraestrutura de Goiânia (Seinfra), Francisco Lacerda, eles também pediram a alteração dos prazos para o início das obras. "Hoje o contrato prevê início das obras no segundo ano e, se isso atrasar, seremos ainda mais prejudicados. Gostaríamos que essa obra pudesse ser iniciada no primeiro ano de contrato. E, caso a empresa não execute, pedimos que o mesmo contrato preveja que o DNIT possa assumir", destacou o prefeito.

A demora histórica da antiga concessionária é um dos motivos para a urgência do pedido, segundo Mabel. "Estamos há 14 anos com essa espera e não tivemos qualquer avanço. Nossa cidade tem potencial para se desenvolver, assim como nosso Estado, e essa morosidade prejudica esse crescimento. Hoje a BR-153 em Goiânia é um pesadelo e, do jeito que está, não temos vislumbre de solução", reforçou Mabel.

O ministro dos Transportes, George Santoro, se mostrou sensível à demanda e destacou que o contrato é bastante rígido e prevê uma série de dispositivos que tornam a execução interessante para a empresa que for escolhida. "Mas entendemos a necessidade e estamos de acordo com as questões apresentadas. Esperamos ter uma empresa definida, mas, se não tiver, nos comprometemos a repassar para o DNIT", disse.

Eliane Simonini representou o governador Daniel Vilela na reunião e destacou que o governo estadual também anseia por essa obra. "O crescimento econômico de Goiás passa pela BR-153. Hoje o Estado não confia no processo em andamento e precisamos chegar neste entendimento. Hoje a rodovia dentro de Goiânia está completamente estrangulada e a nossa necessidade visa o transporte, mas também a qualidade de vida", disse Simonini.

José Nelto enfatizou que tem trabalhado para que o anel viário saia do papel. "A bancada goiana está dedicada e disposta a ajudar. Estamos acordados e empenhados para solucionar este problema. Vamos colocar emendas e fazer o que for necessário para que o anel viário seja realidade. Nosso esforço é 100%, assim como nosso comprometimento. Vamos cobrar até que essa importante obra seja finalizada", disse o deputado.

ESCOLA

Novas regras para IA na educação

reforçam papel do professor e impõem limites

Diretrizes nacionais definem limites para a inteligência artificial no ensino e reforçam a responsabilidade dos professores; especialista alerta que formação docente e infraestrutura são desafios para a implementação

» Dhayane Marques



Foto: Giovannacco

A inteligência artificial já faz parte da rotina de milhões de estudantes brasileiros, mas a orientação sobre o uso dessas ferramentas ainda não acompanha a velocidade de sua expansão. Para enfrentar esse cenário, o Ministério da Educação (MEC) homologou, na última terça-feira, 10, as diretrizes nacionais para a utilização da inteligência artificial na educação. O documento estabelece parâmetros para escolas e instituições de ensino públicas e privadas, da educação básica ao ensino superior, com foco no uso ético, seguro e responsável da tecnologia.

Um levantamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), publicado em 2025, mostra a dimensão desse desafio. De acordo com dados da pesquisa TIC Educação 2024, 37% dos estudantes usuários de internet do ensino fundamental e médio já utilizaram ferramentas de inteligência artificial em pesquisas e atividades escolares. No ensino médio, o percentual chega a 70%, o equivalente a aproximadamente 5,2 milhões de alunos.

Apesar da ampla utilização, a mediação dos professores ainda é limitada. Apenas 19% dos estudantes usuários de internet disseram ter conversado com docentes sobre como utilizar a IA em atividades escolares. Além disso, 33% afirmaram ter recebido orientações para identificar conteúdos falsos, incorretos ou preconceituosos produzidos por essas ferramentas.

Para a professora Adriana Almeida Sales de Melo, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), a regulamentação chega em um momento necessário. Pesquisadora da área de Política e Gestão da Educação, ela avalia que as escolas já lidam com a inteligência artificial, mesmo quando ainda não estão preparadas para orientar seu uso.

"Mesmo que não estejam preparadas, elas já estão lidando", afirma. Segundo a professora, as diretrizes oferecem parâmetros éticos e didático-pedagógicos para orientar o trabalho dos profissionais da educação. A discussão, na avaliação dela, precisa ir além da permissão ou da proibição das ferramentas e abordar temas como autoria, proteção de dados e finalidade pedagógica.

Professor continua responsável pela aprendizagem

Um dos princípios centrais das diretrizes é a chamada regência humana. A inteligência artificial poderá apoiar atividades pedagógicas, administrativas e de gestão, mas não poderá substituir a atuação dos profissionais responsáveis pelo ensino e pelas decisões educacionais.

O documento também determina que decisões sobre avaliação, certificação, progressão e trajetória escolar permaneçam sob responsabilidade humana. A IA não poderá ser utilizada como ferramenta exclusiva para atribuir notas a redações, textos autorais e outras atividades que exijam interpretação e avaliação da produção intelectual dos estudantes.

Adriana destaca que a tecnologia pode contribuir com o planejamento das aulas e reduzir parte da carga de trabalho dos professores, desde que exista formação para avaliar as respostas produzidas pelos sistemas. "Essas ferramentas de inteligência artificial são isso, são ferramentas. Podem auxiliar, apoiar, mediar, mas não substituem a atividade docente", afirma.

A professora também chama atenção para os limites da automação nas avaliações. Sistemas podem organizar resultados e auxiliar na análise de grandes volumes de dados, mas não devem assumir o julgamento sobre o desenvolvimento dos alunos. "A máquina não é professor. Ela não está na sala de aula, ela não está mediando", ressalta.

> **Essas ferramentas de inteligência artificial são isso, são ferramentas. Podem auxiliar, apoiar, mediar, mas não substituem a atividade docente**
>
> ***Adriana Almeida Sales de Melo,*** *professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB)*

Regras estabelecem limites por etapa de ensino

As diretrizes definem restrições conforme a idade dos estudantes. Na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, até o 5º ano, não será permitido o acesso direto, autônomo ou sem supervisão às ferramentas de inteligência artificial. Eventuais usos deverão ocorrer em atividades planejadas e mediadas por profissionais da educação.

O texto também proíbe práticas consideradas incompatíveis com os objetivos educacionais, como vigilância biométrica contínua, reconhecimento automatizado de emoções, sistemas de pontuação social e decisões exclusivamente automatizadas que possam afetar a trajetória escolar. O uso de dados educacionais para publicidade direcionada ou exploração comercial também está vedado.

Outro ponto é a formação digital. Os estudantes deverão aprender sobre o funcionamento da inteligência artificial, riscos, vieses, desinformação, verificação de fontes e ética. Nos cursos de licenciatura, a formação deverá contemplar o letramento digital docente e o uso pedagógico das tecnologias emergentes.

Desigualdade e formação são desafios

Apesar dos avanços normativos, a implementação das diretrizes depende de condições que ainda não estão disponíveis de maneira igualitária em todo o país. Adriana aponta que diferenças de conectividade, infraestrutura e formação profissional podem ampliar as desigualdades entre redes de ensino e regiões brasileiras.

"Conectividade: tem que ter conectividade para poder a gente pensar em educação digital e pensar em uso de inteligência artificial", afirma. Para a pesquisadora, também são necessários investimentos públicos, equipamentos, tecnologias assistivas e formação continuada dos professores.

A professora ressalta que a inclusão digital precisa considerar as diferentes realidades dos estudantes e das escolas. Sem infraestrutura adequada, a incorporação da inteligência artificial pode beneficiar principalmente instituições que já dispõem de melhores condições de acesso à tecnologia.

As diretrizes foram formalizadas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de novembro de 2026. As instituições de ensino terão prazo de 12 meses, a partir da publicação da resolução, para adequar políticas, práticas, instrumentos de governança e contratos. As vedações previstas no documento têm aplicação imediata.

Para Adriana, a regulamentação representa um avanço, mas não encerra o debate. A efetividade das medidas dependerá da formação dos profissionais, da infraestrutura das escolas e da continuidade dos investimentos. "As diretrizes estão dadas, mas a gente ainda tem muito a caminhar", conclui.

Esporte



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Dilema do Goiás:

vender Lucas Rodrigues agora ou esperar 2027

O problema é que o Goiás não pode esperar

O Goiás vive um dilema em relação à negociação do volante Lucas Rodrigues. O jogador tem propostas de times do Brasil e do exterior. O Alviverde precisa como nunca de dinheiro para acertar suas dívidas com jogadores e servidores administrativos. Se vender agora, resolve o problema, mas, se o clube conseguir o acesso para a Série A, o atleta será muito mais valorizado. O problema é que o Goiás não pode esperar: a crise financeira pressiona os dirigentes a negociar o jogador agora.

O Vasco da Gama voltou a procurar o Goiás para adquirir os direitos econômicos de Lucas Rodrigues, mas não deu negócio mais uma vez. O clube da Cruz de Malta não apresentou as garantias exigidas pelo Alviverde goiano. Mas não é só o Vasco da Gama que se interessa pela joia esmeraldina. Atlético Mineiro e Cruzeiro também demonstraram interesse em ter Lucas Rodrigues para a temporada de 2027. O último time brasileiro a demonstrar interesse pela revelação de 19 anos foi o Athletico Paranaense, conforme informação do jornalista André Rodrigues. O jogador esmeraldino é considerado um dos melhores na posição do futebol brasileiro e virou titular sob o comando do técnico Mozart Santos, que comanda a arrancada do Goiás e mantém o time vivo na briga por uma vaga nos playoffs da Série B.

Na atual temporada, Lucas Rodrigues acumula seis gols e uma assistência em 33 jogos com a camisa do Goiás. O desempenho só não foi melhor porque o atleta sofreu uma lesão no ligamento colateral medial. Apesar do problema físico, o clube goiano preferiu um método conservador de tratamento e fez com que o volante não fosse submetido a cirurgia. Embora tenha ficado nove rodadas fora dos gramados, ele voltou e tem atuado bem na sequência positiva da equipe. Lucas Rodrigues desfalca o Goiás na rodada final da competição, a mais importante para o Goiás. O craque esmeraldino foi cortado da Seleção Brasileira Sub-20 em função de um estiramento no joelho esquerdo. Mesmo sendo desconvocado para os amistosos contra o Peru em Belém do Pará, Lucas Rodrigues será nome certo para as disputas do Sul-Americano em janeiro de 2027.



Athletico Paranaense também quer Lucas Rodrigues

União de uma "nação" **pode levar o Vila à série A**

O Vila chegou ao ápice de sua história, momento único na vida de um clube sofrido, com uma torcida que contraria a lógica de um time que, quanto mais perdia, mais a torcida crescia e demonstrava sua paixão. O Vila poderia ter seguido o caminho do Goiânia Esporte Clube, que já foi o clube de maior torcida e mais poderoso por sua proximidade com as autoridades do poder constituído, mas o Goiânia entrou em decadência a partir de 1974, quando conquistou seu último título estadual, foi perdendo torcedores e praticamente desapareceu do cenário esportivo do Estado de Goiás.

Em momentos críticos de grave crise financeira, rebaixamentos ou administrações fracassadas, foi a paixão e a fé da torcida que literalmente impediram que o Vila Nova fechasse as portas. O clube frequentemente arrasta multidões. Lotou o estádio Serra Dourada em decisões marcantes, como na final do Campeonato Goiano de 2025 e em grandes jogos da Série B. A torcida do Vila mantém uma forte cultura de mobilização coletiva. Recentemente, houve demonstrações de amor incondicional, com vaquinhas organizadas pela torcida, que arrecadaram centenas de milhares de reais, e com o esgotamento de ingressos em tempo recorde nos jogos decisivos da Série B. É uma prova de que o torcedor "joga junto", vibrando com o time em campo a cada minuto de jogo.



Nação colorada muito perto de realizar o maior sonho

A torcida do Vila, que vive um momento especial em sua história, sofreu por vários anos por ser um clube desorganizado, endividado, que chegou a ficar 19 anos sem conquistar um título goiano. O Vila perdia, mas sua torcida não desistia nunca, e hoje é uma das maiores do Centro-Oeste brasileiro, vivendo a expectativa de, finalmente, ver seu time disputar uma Série A no formato de pontos corridos, o que nunca aconteceu em sua história. O Colorado vai subir disputando os playoffs, com a vantagem de jogar por dois empates para chegar à elite do futebol brasileiro. Se conquistar o acesso, certamente Goiânia vai viver uma grande festa, com desfile de caminhão do Corpo de Bombeiros, já autorizado pelo governador Daniel Vilela.

Permanência de Roger Silva ainda indefinida no Atlético

O Atlético ainda não definiu o futuro do técnico Roger Silva no clube. O treinador assinou vínculo com o Dragão em julho de 2026, com validade até o final da temporada. A diretoria está avaliando a permanência do treinador, mas as possibilidades não são favoráveis a Roger Silva. O Atlético caiu de produção em um momento importante da competição, mas a queda não deve ser creditada ao treinador. O clube viveu uma crise de relacionamento entre Adson Batista e os jogadores, com acusações públicas do goleiro Paulo Vitor direcionadas ao presidente atleticano e declarações de Adson afirmando não gostar de jogador de futebol. Ao mesmo tempo, os jogadores denunciaram o atraso no pagamento de salários e premiações. A crise foi contornada e o time voltou a jogar um bom futebol, vencendo de virada a partida contra o Athletic em São João del-Rei por 3 a 2. Neste jogo, o Atlético Goianiense chegou a estar perdendo por 2 a 0 e virou a partida.

- O Goiás é um caso que também merece estudo por parte dos especialistas em futebol. O clube é um "case de fracasso" em gestão e falta de liderança. Possui uma diretoria ausente, em que ninguém sabe quem manda.
- O clube deve quatro meses de salários e de direitos de imagem aos jogadores, além de salários aos servidores administrativos. Mesmo assim, em campo, o elenco de profissionais passa por cima de tudo e faz uma campanha espetacular, com chances reais de disputar os playoffs da competição.
- Em campo, os jogadores e a comissão técnica conseguem esquecer todos os problemas do clube e jogam com raça, buscando a vitória até o minuto final, conquistando nada menos do que cinco vitórias nos últimos seis jogos.
- Nos bastidores, o diretor Michel Alves e o volante Juninho são os principais responsáveis pela união do grupo. Profissionais, antes de tudo humanos, que ajudam os mais necessitados e pregam a esperança em dias melhores. Eles mantêm a moral do elenco em alta, apesar das dificuldades.
- Na diretoria, o espelho do fracasso. Uma gestão que mudou o estatuto do clube somente para não permitir que a oposição chegasse ao poder. O modelo fracassou, a diretoria voltou atrás e mudou novamente o estatuto para voltar a ter um presidente executivo, mas continua não permitindo a participação da oposição no processo eleitoral.
- Entre os responsáveis pela grave crise financeira do Goiás, estão o ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube, Edminho Pinheiro, que foi um dos mentores da mudança do estatuto, viu que deu errado e pediu para sair. Outro responsável pelo fracasso é seu primo e desafeto Paulo Rogério Pinheiro.
- Paulo Rogério Pinheiro continua no Goiás, na presidência do Conselho Deliberativo, comandando o Alviverde à distância. Não comparece ao clube e não dá entrevistas. Paulo Rogério só aparece nos momentos vitoriosos, para dizer que os méritos são seus. Deveria imitar seu primo e pedir para sair.
- Lucas Rodrigues foi cortado da Seleção Brasileira Sub-20 por causa de uma lesão no joelho esquerdo. Segundo a diretoria do Goiás, o jogador será avaliado pelo Departamento Médico do Goiás para diagnosticar a gravidade da lesão e avaliar quanto tempo o jogador ficará fora dos gramados.
- Atleticanos lembram a principal conquista da história do clube, o título de campeão brasileiro da Série B, em 2016. Na ocasião, o Dragão goleou o rebaixado Tupi por 5 a 3 e comemorou o título nacional, em jogo realizado no estádio Olímpico Pedro Ludovico.
- Dez anos depois da conquista, o Atlético busca vaga nos playoffs para tentar voltar à Série A do Campeonato Brasileiro. O clube precisa derrotar o Cuiabá no estádio Antônio Accioly e torcer por tropeços de Goiás e CRB.